Numero avulso, 20 reis — GUIMARÃES, 19 DE NOVEMBRO DE 1911 — 1.º Anno — Numero 10

A JUSTIÇA

PROPRIEDADE DA EMPREZA DA "JUSTIÇA,,

SEMANARIO DEMOCRATICO VIMARANENSE

Redacção e Administração: Rua de Camões 20 — Editor e Director ANTONIO DA SILVA CARVALHO — Composição e impressão: Typographia GUISE

COMO A CIDADE DE GUIMARÃES É APRECIADA

O MYSTERIO DO NORTE

GUIMARÃES — BERÇO DA MONARCHIA

Da «Republica». E o comboio, zigzagueando em curvas caprichosas por bouças ainda engrinaldadas de verdura, n'este adeantado outomno em que os frios já principiam a contrair as folhas teiras, deixa-me em Guimarães, a cidade conservadora por excellencia, a terra que foi berço da monarchia e que d'esse facto tira o seu maior titulo de orgulho... A'luz amarelada das lampadas electricas que se esforçam em vão por desfazer a nebelina Guimarães surge-me como uma cidade medieval, como balcões mysteriosos pelas paredes, com arcarias elegantissimas, cortando as ruas, com rendilhados architecturaes esmaltando as faces enrugadas de velhos palacêtes, com tudo emfim, quanto nas terras antigas nos transporta ao passado e faz reviver, na phantasia dos forasteiros, as epocas distantes em que por um olhar de mulher se jogava a vida e se ficava morto ao longo d'uma viscosa parede após longa e renhida pugna. E tem realmente de tudo isso esta admiravel Guimarães que é, para mim, a mais interessante cidade de Portugal. O progresso não lhe tem poupado os pergaminhos. A civilisação, conduzida bastas vezes por mãos inexperientes de illustres cavalheiros que não nasceram, como o sapateiro da lenda grega, para subir além do tacão, não lhe tem poupado as reliquias que o passado lhe deixou e que toda a gente devia respeitar, por nellas residirem os maiores encantos d'esta terra que ainda tem um não sei quê de poeticamente medieval que nos invade todos e nos deixa embasbacados a contemplal-a... Foi assim que desappareceram as muralhas da cidade primitiva, a pretexto de se alargar a povoação, conservando se de pé só mente a torre do velhissimo castello e algumas ameias que lhe ficavam proximas.

Foi uma barbaridade deitar a baixo os descommunaes paredões? Indubitavelmente. Mas nem por isso Guimarães, o berço da monarchia, que ainda não ha muito prestou ao rei D. Affonso Henriques carinhosa homenagem, erguendo lhe uma estatua e gravando n'uma esquina do castello uma legenda que o torna recordado de quantos visita a antiga fortaleza, deixa de ser a cidade que reune maior somma de encontadoras velharias, as quaes fazem d'ella a Nuremberg portugueza. Quem nunca esteve em Guimarães não póde calcular até que ponto esta asserção é verdadeira. Que todos, porém, quantos gastam o seu dinheiro correndo mundo e procurando para o espirito distrações que lhe amolecam um pouco o eterno desassocego dos insatisfeitos, façam a mala e venham por ahi fora, arrestando com tudo, desde os comboios impossiveis aos hoteis ascorosos, visitar quanto em Guimarães existe digno de ser visto. Ha de haver, entre essa multidão de romeiros, alguns que saibam absorver toda a belleza que se desprende d'um arco ogival, do minarete d'uma igreja, d'um vitral antigo, d'um pedaço de granito burilado com extremoso amor por mãos delicadas de desconhecidos artistas. E esses, por poucos que sejam, chegam para me dar razão. Especialisar, para quê? Em Guimarães não ha nada que não mereça um olhar contemplativo de quem chega. O granito das igrejas denuncia-lhe a antiguidade incalculavel. A do castello, então, é um primor no seu genero, tão rudimentar e ao mesmo tempo tão cheia de magestade e nobreza é a sua architectura. Foi n'ella, n'uma pia tosca aberta n'um bloco de granito, que D. Affonso Henriques recebeu o baptismo... Sobre o pequenino templo arvores protectoras estendem as suas ramadas: Por quanto tempo permanecerá ainda de pé, sob a umbella carinhosa das folhas verdes, a igrejinha modesta que deve ser, para a historia de Portugal, uma reliquia sagrada a perpetuar a memoria d'um heroe?

*

E' sob a chuva — essa hedionda chuva que ainda não me largou desde que sahi de Lisboa, que percorro, quasi de fugida, esta terra sem par n'este nosso paiz, onde as coisas feias quasi afogam n'um immenso veu de horror quanto por ella ha digno da nossa admiração. Sinto-me, no meio d'este scenario resplandecente de ruas denegridas, de igrejas de magnificas frontarias de pedaços de pedra lavrada que se encontram por toda a parte, profundamente embaraçado. Procuro approximar-me do povo, falar-lhe, perscrutar-lhe bem todos os sentimentos para formular sobre tudo o que lhe diga respeito o meu juizo seguro. E consigo o. Umas mulhersitas que se dirigem, como eu, a caminho do castello roqueiro são as primeiras victimas da minha impenitente curiosidade de *reporter*. Falo-lhes da sua fé, da sua crença, do snr. abbade, de quantos santos eu julgo serem seus protectores e seus oragos. Digo-lhes que a religião faliu, que dentro em pouco já não haverá missas, que o Estado republicano acabou com todo o culto externo. E explico-lhes pacientemente, com a resignação evangelica d'um mestre escola d'aldeia, porque succedeu tudo isso. E digo-lhes qual a forma de que os fieis e os abbades teem de servir-se para que as igrejas não fechem e o Estado não tome conta d'ellas e de tudo quanto por lá existir. A lei é que determina tudo isso, esclareço. A lei, separando o Estado das igrejas, tirou ao primeiro as responsabilidades no culto, deixou de pagar a padres e a bispos, alijou, emfim, de seus hombros quantos compromissos estadistas reaccionarios tinham tomado sobre as coisas espirituaes, de que a igreja catholica apostolica romana se fizera em Portugal a unica e integra zeladora... Digo ás mulhersinhas tudo isso e fico me, por instantes, a observar em seus rostos, já encortiçados pelos annos, o effeito das minhas palavras.

Triste desengano. Os miseros não me entenderam. Perdi o meu tempo e o meu latim, tal qual como o sabio antigo, pretendendo radicar em cerebros schistosos ideias justas sobre as mais comesinhas coisas da vida. E a minh' alma entristece-se perante essa confrangedora realidade. Será todo assim, tão estupido como estas pobres mulhersitas que estão junto de mim, o povo do meu paiz? Não haverá mais intelligencia em todo elle e sobretudo mais facilidade em perceber o que se lhe diz do que aquella que acabo de reconhecer nas criaturas que me serviram de assumpto para estudo durante um grande espaço de tempo? A grande multidão dos que em Portugal trabalham, cultivam a terra e a fazem produzir fartura, riqueza e belleza; estará ainda tão rudimentarmente civilisada que não possa perceber o que seja uma associação cultual, nem tenha faculdades para comprehender a transformação radicalissima que as coisas da religião vão experimentar? Não sei. Mas se assim fôr, não ha reforma que contenda com habitos seculares, com preconceitos profundamente enraisados no coração do povo, que possa implantar se e dar os devidos fructos. Se o povo é ainda pouco mais do que um pedaço de massa inerte, incapaz d'um esforço intellectual que o leve a orientar-se, a guiar-se por si, para que se ha de tentar salval-o, redimil-o, dar-lhe o pão espiritual de que elle necessita para se transformar n'um elemento util? Evidentemente que quantos esforços nesse sentido se fizerem não serão mais do que infructiferas tentativas que só encontrarão a acolhel-as areias movediças do deserto, nas quaes não ha principio que possa fixar-se...

*

E' assim o norte. O Povo é d'uma ignorancia sem limites por estas provincias afastadissimas da capital, onde se tem a illusão fagueira de que se vive em plena civilisação. Mas saia-se do Chiado ou da rua do Ouro e a civilisação acaba. E se isto é verdade tal que quasi pode ser levada á conta de dogma, justo é que os espiritos sensatos, que todos os que amam a sua terra e desejem vê'a feliz, perguntem apprehensivos onde irá isto parar se o povo continuar na ignorancia que hoje o envolve, se a sua repugnancia por tudo quanto represente progresso e civilisação não se transformar em sympathia por esse mesmo progresso e pela essa mesma civilisação. Feita a pergunta, a resposta todos a teem na ponta da lingua. Caminha-se para o calhos, para o abysmo onde não só desapparecem os individuos como se somem tambem as collectividades que não sabem governar-se? Talvez. Quem lida por algum tempo, como eu tenho lidado, com os habitantes das serranias transmontanas ou dos campos minhotos; quem os observar de perto e vir quanto n'elles ha de miseravelmente animal, convencer se-ha de que a monarchia legou á Republica algumas gerações que para, nada servem e ás quaes não é justo que se peça mais do que ellas podem dar. As mulhersitas que me forçam a encadear estes raciocinios são para mim o exemplo vivo do atrazo em que a gente d'esta parcella da terra minhota vive. Mas depois do seu testemunho outros testemunhos recolho, e de todos elles tiro este corollario fatal—a Republica ainda não foi comprehendida pelo povo do norte, e até as suas leis, mais generosas são por estes sitios malsinadas e amaldiçoadas...

E isso que tem, dirá o amigo jacobino que não sae de Lisboa e que jámais desceu até ao povo sem contrafacção para estudar a sua maneira de viver? Para esse amigo, não tem, evidentemente, coisa nenhuma. Mas para quantos não veem as coisas do seu paiz pelo prisma estreito porque se examinam os factos que dizem respeito apenas a um cidadão ou a um grupo de cidadãos, tem muito. E' que não ha lei, por mais simples que seja, que possa ser acolhida com acatamento por quem não faça a menor ideia do que essa lei seja. Os estadistas; legislando para a ignorancia, dão-me a impressão de athletas esmurrando crianças. E tanto isto é verdade que a maior parte das leis fundamentaes da Republica está ainda em quasi todo o norte por cumprir. A do inquilinato é burlada a cada passo, a da contribuição predial foi desrespeitada em toda a linha e a da separação continúa a ser lettra morta na maioria das freguezias do Minho e Traz-os-Montes. E pergunto eu: —será moral e será decente que se façam em plena Republica leis que não se executam? Será isso, por acaso um bom symptoma de resurgimento nacional? A Republica, diz-me alguem de Guimarães, seguramente bem mais culto do que as mulhersitas de que acima falo—só principiou a ser odiada desde que feriu os interesses de toda a gente. Foi esse o seu grande pecado. E podia ter deixado de o commetter? Podia. Como? Ver-se ha para a outra vez, na certeza de que tu e eu leitor, havemos de ter em mais d'uma occasião ensejo de averigar quem tem tratado do paiz como de coisa sua e quem tem feito d'elle miseravel roupa de francezes.

Adelino Mendes

Respeitem os mortos !

Ha dias, chegou-nos ao conhecimento de que os mortos da «Santa Casa da Misericordia» d'esta cidade, são intruduzidos nos caixões em trajes menores e assim conduzidos para o alto do cemiterio.

Diz-nos pessoa de merecida confiança que, no dia em que supultaram o «Fól» esse desgraçado velhinho que constantemente era importunado pelo rapazio, que supultaram tambem um pobre môço que tinha fallecido na «Santa Casa da Misericordia».

Que, quando uma duzia de curiosos que no cemiterio se encontravam se approximavam ao caixão do desventurado para verem deitar a cal, viram com espanto e com indignação que o morto tinha no corpo apenas...a CAMISA !

Por ventura o morto, quando vivo, daria entrada n'aquelle estado de obcenidade no hospital?

Por ventura a familia se apuderaria da roupa do desgraçado deixando-o ir n'aquelle interessante estado para a sepultura?

E' o que resta saber:

A' illustre Meza da «Santa Casa», cumpre apurar tudo o que houver de verdadeiro e seguidamente castigar os culpados que tão vilmente desrespeitam os pobres mortos, para que de futuro não se repitão scenas tão vergonhosas.

REPUBLICA E RELIGIÃO

A «Capital» trata hoje em fundo do caso das indemnisações ás congregações religiosas, assunto que ultimamente tomou uma feição diplomatica menos conciliadora. Alem do artigo editorial insere uma entrevista com o dr. Souza Costa, membro da comissão jurisdicional dos bens das extintas congregações. Dessa entrevista transcrevo os pontos capitaes:

—Mas existem, realmente, reclamações e pedidos de indemnisação?

—Certamente. Algumas congregações expulsas de Portugal, e consequentemente, desapossadas dos respectivos edificios, reclamam presentemente, por intermedio dos representantes dos seus paizes, a entrega ou indemnisação do valor dos citados edificios.

—E são muitos esses edificios?

—Muitos, pois que em Portugal existiam, á data da revolução, centenas de congregações religiosas. Só de 1902 para cá se estabeleceram no nosso paiz mais de duzentas.

—E que fazer?

—Verificar quaes os edificios que realmente pertencem a particulares e entregar-lh'os.

—Mas, como sabe, atalhamos nós,—em regra geral as congregações colocavam sempre os edificios, que na verdade eram posse sua, sofismadamente em nome de particulares.

—Esse será o nosso trabalho a fazer: avaliar bem quais os predios que em verdade pertencem a particulares, e quais aquelles que muito embora figurando como taes, em verdade pertencem a congregações. Feito este trabalho, entregaremos aos reconhecidamente proprietarios os predios que lhes pertencem, e aquelles que verificarmos serem embora mascaradamente, propriedade de congregações, não os entregaremos.

—Que atitude téem tomado os ministros e representantes estrangeiros em toda esta questão?

—A atitude que naturalmente compete ao cargo que desempecham! Como sabe, estas coisas téem sempre um certo e determinado caminho a seguir. As congregações dirigem-se aos ministros e representantes respectivos: estes aprezentam essas reclamações ao ministerio dos estrangeiros, o qual, por seu turno, dá conhecimento delas á comissão de que faço parte.

—Mas dizem que téem tido um aspecto intimativo algumas dessas reclamações?

—Não. Absolutamente nada disso. Nenhuma das potencias reclamantes tem procedido com essa intimativa a que se refere.

—E quais são essas potencias?

—A Alemanha, a França, a Inglaterra, a Italia, a Belgica e a Espanha.

—E os edificios que pedem valem muitos contos de réis?

—Alguma centenas de contos. Entretanto, falta ainda avaliar quais são aquelles que legalmente téem direito.

—Mas muitos dos edificios onde estavam instaladas congregações religiosas, foram dados a corporações varias. O que fazer agora ?

—Todos esses edificios a que se refere foram dados, mas com a condição de, uma vez provada a legitimidade da posse por parte de particulares, essas corporações teriam ou de comprar o edificio ao seu proprietario ou de pagar-lhe renda: e se não fosse possivel qualquer destas soluções teriam de abadonar o edificio.

—De forma que instituição alguma se póde considerar absolutamente segura?

—Absolutamente segura, não. Ha primeiro que resolver sobre a legitimidade da propriedade, e então se verá».

O dr. Souza Costa, falando sobre a legitimidade de algumas das pretensões, disse ao jornalista o seguinte:

—Calculo que o edificio de S. Crispim é e sempre foi propriedade do Estado; pois, apesar disso, no tempo da monarquia o Estado pagava renda por esse edificio, que era seu. Presentemente, a congregação que ali residia e que foi expulsa, é uma das que reclamam a entrega do edificio, que sempre foi, é, e continuará a ser posse do Estado».

A «Capital» dá noutra pagina a seguinte noticia:

«A proposito da entrevista sobre as congregações religiosas que em outro logar publicamos, consegui nos ainda apurar de uma outra fonte de informação que as referidas reclamações datam já do tempo do governo provisorio, tendo ultimamente as potencias a que na entrevista nos referimos insistido junto do sr. João Chagas pela resolução do assunto. O dr. Augusto de Vasconcelos continuou as negociações, obtendo que a questão fosse submetida ao parlamento, visto envolver alguns pedidos de indemnisação que, com quanto não sejam excessivos, atingem, ao que se afirma, uma quantia aproximada de 2:000 contos de reis.

Sobre o colegio de Campolide, que se apresenta como propriedade de tres subditos inglezes, assenta uma reclamação pedindo a indemnisação de 500 mil libras. O governo aludirá a este caso na mensagem que depois de amanhã vae lêr em ambas as Camaras, apresentando em seguida a questão em toda a sua clareza e amplitude.

Ampliando esta informação na «Capital», posso acrescentar com toda a verdade que a resolução de levar o caso ao parlamento data já de quando João Chagas geriu a pasta dos estrangeiros, resolução que comunicou ás potencias e com a qual parece que elas se não conformaram para a resolução do assunto, em vista das promessas verbais do ministro dos estrangeiros do governo provisorio, promessas que levaram mesmo João Chagas a declarar ás potencias, assim que tomou conta da pasta, não poderem fazer fé os prometimentos verbais, sem um documento escrito.

A IMPRENSA

Da «Montanha»

...Sabem como o dr. Antonio José chamou numa entrevista, que no Porto se manifestaram contra elle?!«—facinorosos arruaceiros, individuos que pelo trage, pela melena se via pertencerem a uma classe de determinada degradação social».

Um belo partidario da União!...

...Quando a Junta Liberal promoveu em 1 de agosto aquela colossal manifestação, os jornais clericais e monarquicos lamentam tambem que a policia não tivesse feito uma «rusga», porque teria motivo para prender quasi todos os manifestantes como rufias perigosos...

...Quando eu fui preso no 17 de julho, por me ter manifestado contra João Franco, que vinha provocar esta cidade, Alfredo de Magalhães, José Coelho, Bartolomeu Severino, Corregedor da Fonseca, o aspirante Carrilho, Campos Lima, eu —todos os presos em suma—eram tambem reles matulões a 5 tostões por cabeça...

Um homem que vem á cidade do Porto tomar parte n'um banquete que os seus amigos pessoaes lh'e offerecem, vinha provocar a cidade!

O dr. Antonio José d'Almeida que veio ao Porto pernoitar, vinha provocar a cidade !

Um Vasconcellos Porto que amiudadas vezes vinha ao Porto, quando ministro da dictadura, esse então, n'unca provocou a cidade nem a cidade a elle, pelo facto do mesmo cidadão usar espada, botões e *esporas*.

OURO

D'«O Intransigente:

«Umas arruaças em Lisboa e Porto que os respectivos governadores civis não souberam impedir, apezar de todos os avisos e muito menos reprimar, como era do seu dever, valiosas pelo berreiro, mas insignificantes pelo numero dos arruaceiros, não era motivo que levasse a julgar, os que concordaram com um ministerio de concentração, que a politica seguida pela maioria do congresso era prejudicial aos interesses do paiz, ou á segurança das instituições.

A berraria d'umas duzias de patricteiros não é a vóz da nação. Os que entendiam que a politica do Grupo Democratico dava com tudo em pantana, não mudaram com certeza de opinião, e a sua transigencia, com a corda na garganta, representou sómente, e não é pouco, uma capitulação perante a arruaça, um arriar de bandeira perante o chinfrim».

.....

«Unidos? Nós? A quem? A' Concentração?

Só se tivessemos perdido o juizo e o amor á nossa terra.

São cavalheiros que muito presamos os democraticos que ascenderam ao concelho presidencial, mas compreendemos muito bem que difficilmente conseguirão uma unanimidade de vistas, o acordar num plano governativo, com os seus collegas do ministerio.

Para nós a crise não terminou; a crise ainda existe, e a sua resolução ficou adiada por alguns mezes, com prejuizo da economia do paiz e do credito da Republica.

O segundo gabinete ministerial, vae ter a duração das rosas, por muito fraca que seja a opposição que o Grupo Independente, por honra propria, lhe faça no parlamento.

Suppondo mesmo que esse grupo, que ficou fóra da concentração, que não metteu prego nem estopa na fatura do ministerio, deixa que os acontecimentos tenham o seu curso natural, sem os precipitar, nem por isso se poderá dizer que o governo actual houvesse tomado o elixir da longa vida.

A solução da crise nacional teve mais um adiamento; oxalá que seja o ultimo.

Quem quizer trabalhar a serio conte comnosco; com o nosso appoio. Não gostamos de paliativos, nem de deixar para amanhã, o que podemos fazer hoje.»

TRISTE SITUAÇÃO

Quem, no momento actual, percorrer a provincia, e se approximando do povo, observando-lhe o viver, essa lucta atroz que supporta pela vida, ha de, em consciencia, declarar triste, desoladora e grave a situação do povo portuguez, aliaz povo honrado, a quem nunca faltaram nobres qualidades de trabalho e resignação.

Podiamos aqui descrever verdadeiros quadros de miseria — e tam

tristes — que os corações fortes e pouco propensos ao sentimento não conseguiriam escapar-se aos effeitos duma tal ou qual commoção.

Podiamos aqui descrever !... dizemos nós ! Mas é muito provavel que o não podessemos fazer, pois não é facil tarefa, para quem sente, contar martyrios, dizer os horrores !

O povo tem fome !

O chefe de familia lucta tenazmente pela vida, incessantemente e dum modo admiravel de resignação ! e quando dessa lucta cruel, devia colher os bem merecidos louros da victoria--pão para si e para os seus — colhe o seu enfraquecimento fisico, que não tardam a esgotarem-se lhes as forças para o trabalho, e sempre a fome para si e para os seus !

Pobre povo e pobre paiz !

Pobre paiz, porque não garantes sequer os indispensaveis meios de subu'stencia ao que moureja dia a dia, sempre, até ao ultimo esforço, entregando-o ás mais duras privações !

Diabolico problema ! Indecifravel enigma !

Já tam longo o soffrer do povo que trabalha, crescendo gradualmente no sentido de mais ainda martirisar, parece que nada o detem.

E se concebermos; por momentos, a doutrina do filosofo materialista, que negra, horrorosa e desgraçada situação neste mundo, a do pobre ! Sempre envolto num manto de tristeza e miseria, acabará seus dias, sem uma consolação, um unico premio aos seus alevantados esforços.

Oh! isto é inconcebibel !

O enigma não é indecifravel !

E vós, homens de saber, de preponderancia na politica, homens do Estado, senhores do Governo, demais o comprehendeis. O que é preciso é o vosso esforço, e algum tempo gasto na preocupação firme de resolver, pouco e pouco, pois de pronto o julgamos impossivel, o problema da desgraçada situação do proletariado.

Causa justissima e já de tam longe reclamada aflitivamente, oxalá, hoje, cale fundamente no vosso animo, para assim vos dedicardes á sua solução.

Guimarães, 18-XI-911.

Ancião

Communicado

ANTES A VERDADE

Numa correspondencia para o jornal «O Porto» datada do dia 15 do corrente mez le-se:

Um dos maiores serviços que a commissão administrativa do nosso Municipio tem prestado ás classes pobres desta cidade, foi, sem duvida, o da encommenda que fez ao Mercado Central de Productos, Agricolas de 30 pipas d'azeite, para vender de conta propria e ao preço porque ficou posto em Guimarães.»

Em primeiro logar, senhor correspondente, a sua missão de informador de jornaes ou é mal comprehendida, ou, não podemos tirar outras conclusões, a qualidade baixa de adulador perante os que encontram revestidos de tal ou qual autoridade e mando, o domina, visto que tão frequentes vezes em casos edenticos, nunca se inclina a verdade singela e pura.

E' levantada, honrosa e digna a missão do correspondente jornalista quando se interpreta com sinceridade e se abraça cordealmente a sua unica e verdadeira divisa-dizer a verdade -Assim é, senhor correspondente, antes a verdade do que a sua deturpação, bajulando . Para ser assim, melhor fôra nunca haver tomado tal encargo.

*

Agora, perdoa os reparos que são justos, e vamos ao caso.

Então a commissão administrativa do nosso Municipio fez a requisição ao Mercado Central de Productos Agricolas de 30 pipas d'azeite para vender de conta propria *ao preço porque ficou posto em Guimarães?*

O senhor correspondente sabe, ou conhece o preço porque ficou o o azeite requisitado, posto em Guimarães? Não sabe; e fazendo taes affirmações, suja mais uma vez a alta missão que solicitou.

Ora, é preciso que nem todos sejamos ingenuos e lôrpas.

A commissão administrativa está vendendo o azeite que requisitou ao Mercado Central, com vantagem, porque, ao que consta, custa 280 rs o litro, e, com certeza, quasi o podemos affirmar, não ficou aqui por tal preço.

Senão que o diga:

Vende com lucro, e feita a operação será (calculo rasteiro) um *lacrosinho* de 800:000 reis pouco mais ou menos.

Querendo mesmo admittir que a camara presta benificio ao povo, não podemos deixar sem reparo as demasias do correspondente do «Porto», que, de resto conhecemos, porque, se presta beneficio colhe, prejudicando grandemente os pobres commerciantes retalhistas, que tambem são povo, desprezando as suas requisições e justissimas reclamações.

Em nosso entender, melhor fôra ter-se distribuido o azeite requisitado pelos retalhistas, attendendo os, pois não se calculam as suas difficuldades e prejuizos pela carestia do azeite. E á commissão administrativa—crêmos-nada custaria tal procedimento, se não tivesse em vista quaesquer lucro.

Beneficios senhor correspondente ainda desta vez se não veem porque afinal, todos o sabemos, só compra azeite e enche as suas talhas, quem tem dinheiro, e os pobres, aquelles que servem de escudo para se defenderem, enaltecendo, entidades, colhem, quando muito *O enorme* beneficio de meio litro d'azeite numa remessa de 30 pipas.

Concluindo, seria bem mais plausivel que a commissão administrativa attendesse a commissão de negociantes que se lhe dirigiu fazendo as sua justissimas reclamações, e louvavel, digno até de admiração seria se o correspondente do « Porto» dissesse a verdade.

Mas tal dever não se coaduna com o seu modo de pensar (refiro-me ao correspondente) e do lôdo putrido em que se afundou já mais se limpa.

A V. Snr. Redactor pela publicação d'estas linhas muito grato lhe fica

O De V. etc.

C.

EXPEDIENTE

Os recibos dos nossos assignantes dos arredores da cidade e de outras terras do paiz, vão ser enviados ás respectivas estações, para assim se proceder á cobrança do nosso periodico.

Cremos, comtudo, que os nossos amaveis auxiliadores da « Justiça » que até hoje a teem honrado com a sua leitura, tambem a distinguirão com o pagamento da assignatura, o que antecipadamente agradecemos.

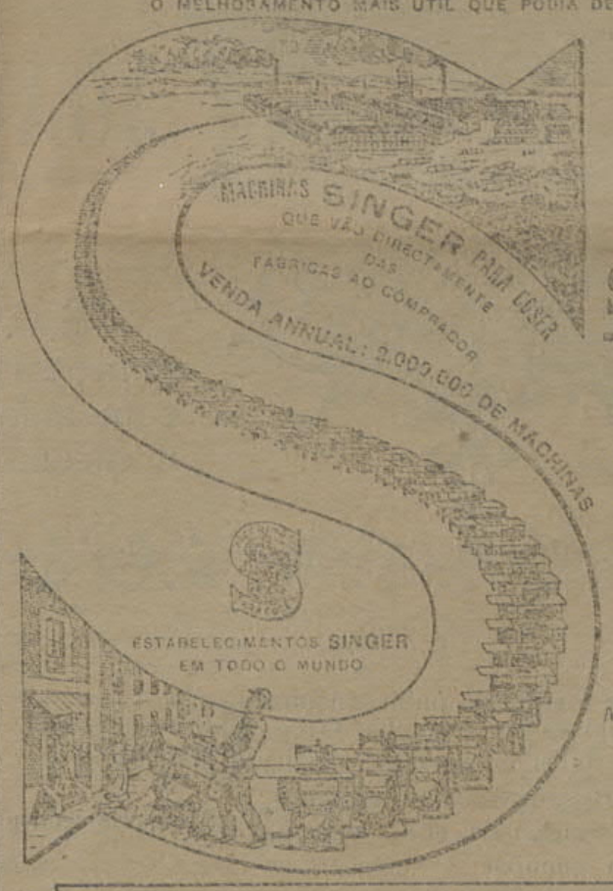
*

Aos nossos assignantes e constantes leitores pedimos mais uma vez que nos desculpem pelo atraso que tem havido com o nosso jornal, atraso que deriva do empastelamento do material.

Breve, será remediada essa falta, vestirá com mais elegancia, attendendo a nova remessa de typo estrangeiro, e á especial collaboração de verdadeiros homens da revolução portugueza.

Até lá, pedimos a todos que nos lê, desculpa por tão injusta e remediavel falta.

NOVA ESTANTE DE PEDAL
COM
FRICÇÕES DE ESPHERAS D'AÇO
O MELHORAMENTO MAIS UTIL QUE PODIA DESEJAR-SE



NÃO CABEM JÁ NAS MACHINAS PARA COSER
SINGER
MAIS APERFEIÇOAMENTOS NEM MECHANISMO MAIS EXCELLENTE
MAXIMA LIGEIREZA, MAXIMA DURAÇÃO, MINIMO ESFORÇO NO TRABALHO.

AVENIDA CANDIDO DOS REIS—GUIMARÃES

REPUBLICA CHINESA

O sr. presidente da Republica Portugueza recebeu hontem á noite um telegramma dizendo que o ministro dos negocios estrangeiros na nova Republica Chinesa dirige um apêlo ás nações civilizadas para que a reconheçam. O ministro informa que a Republica existe já organizada, funcionando as assembleias nacional e provincial. Dentro de poucos dias uma convenção constitucional se reunirá para adoptar uma nova constituição e para eleger os membros do governo provisorio.

Diz tambem o ministro ser urgente que o seu governo seja quanto antes reconhecido, para que o andamento dos negocios não sofra interrupção prolongada e para que possam entrar em uma nova vida e em novas relações com as grandes potencias. A mr. William Randolphe Hearst, proprietario do «Nw York American» e aos jornais com elle em relação nos Estados Unidos é uma mensagem confiada para que a espalhem por todo o mundo. Submetendo esse documento á consideração do snr. presidente da Republica, mr. Hearst espera que elle se digne exprimir a sua opinião sobre se julga oportuno o reconhecimento immediato da Republica Chineza.

CAFÉ MADRID E RESTAURANTE

Antonio Eusébio Gonçalves

22 — Largo da Oliveira — 24

GUIMARÃES

Especialidade em chá e café. Serviço de primeira ordem.

ANTIGA HOSPEDARIA PINHEIRO

SUCCESSOR

JOAQUIM HENRIQUE NUNES

GUIMARÃES

Esta antiga hospedaria acaba de passar por importantes melhoramentos o que a torna mui commoda e confortavel. É dirigida com todo o escrupulo, tem um pessoal competentemente habilitado e encontra-se com todo o aceio e limpeza.

Pede-se a visita do publico ásnossas uccursaes para examinar os bordados em todos os estylos: matiz renda, abertos, mexicanos e romanos, bordados venezianos, etc., executados com a machina

DOMESTICA BOBINE CENTRAL

a mesma que serve para toda a classe de

Trabalhos domesticos

Machinas para todas as industrias em que se empregue custura.

MACHINAS SINGER PARA COSER

Peça-se novos catalogos com grandes reducções de preços que se dão gratis

Mais um triumpho!

Entre todos os expositores de machinas para coser na EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE BRUXELLAS, de 1910, foi a COMPANHIA SINGER a unica que obteve o mais alto premio.

GRANDE PRIX

E' mais uma victoria, junto a tantas outras, que as excellentes e bem construidas MACHINAS DE COSTURA SINGER tem alcançado em todas as exposições

Companhia Fabril Sigenr

Todos os modelos a 500 reis semanaes

Concessionario em Portugal

ADOCK & C.ª

SUCCURSAES

BRAGA

69, L. do Barão de S. Martinho, 71

GUIMARÃES

Avenida Candido dos Reis

MINERVA — TYPOGRAPHIA GUISE

RUA DE SANTO ANTONIO

GUIMARÃES

Impressão de circulares, facturas, memorandums, enveloppes, participações de casamento e todos os mais impressos para commercio, camaras municipaes, repartições publicas e juntas de parochia; rotulos para pharmacia; programmas e bilhetes de espectaculos; recibos, etc., etc.

Impressões a côres, e cartões de visita em todos os formatos e diversas qualidades.

PREÇOS MODICOS

CREAM OF WHEAT

FARINHA ALIMENTICIA

á Venda na Mercearia Traz de S. Paio

FARINHA LACTEA NESTLÉ

Alimento complecto para creanças, pessoas debilitadas e idosas, feita com o melhor leite da Suisse.

Mercearia Traz de S. Paio — GUIMARÃES

NOVA VIAÇÃO DE GUIMARÃES

—DE—

Manoel Lopes

Guimarães

PREÇOS LIMITADOS E SEM COMPETENCIA

Alquilaria—Largo da Senhora da Guia.
Escriptorio: Em casa dos snrs. Manoel Joaquim da Cunha & Menezes, rua de Payo Galvão—GUIMARÃES

A JUSTIÇA

Condições d'assignatura

Portugal, Africa e Brazil: Anno 1200 semestre 600 reis; trimestre 300 reis; avulso 40 reis (Pagamento adeantado. Por fora acrescem estampilha)

Preço das publicações

Annuncios e communicados, por linha . . . . . 40 reis
Repetições, por linha . . . 20 »
Permanentes, contracto especial.

Ao Cidadão